



requisitos legais para tanto, não sendo viável a análise de mérito, sob pena de se configurar supressão de instância;- Consoante o art. 300 do CPC, para que seja deferido pleito de tutela provisória de urgência, devem estar presentes a probabilidade do direito e o perigo na demora, além do não risco de irreversibilidade da medida;- Em situações de flagrante negativa prestacional por planos de saúde e diante da vulnerabilidade imposta ao segurado pela premente necessidade do tratamento, tem-se como razoável o deferimento do pleito liminar, podendo ser revertida a ordem, após análise meritória exauriente;-Agravado de instrumento conhecido e desprovido.. DECISÃO: “ EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA. ORDEM LIMINAR PARA TRATAMENTO DE SAÚDE. REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC PRESENTES. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. - Em sendo o recurso de agravo de instrumento interposto contra decisão que aprecia pleito de tutela provisória, a instância recursal deve limitar sua cognição tão somente ao preenchimento dos requisitos legais para tanto, não sendo viável a análise de mérito, sob pena de se configurar supressão de instância; - Consoante o art. 300 do CPC, para que seja deferido pleito de tutela provisória de urgência, devem estar presentes a probabilidade do direito e o perigo na demora, além do não risco de irreversibilidade da medida; - Em situações de flagrante negativa prestacional por planos de saúde e diante da vulnerabilidade imposta ao segurado pela premente necessidade do tratamento, tem-se como razoável o deferimento do pleito liminar, podendo ser revertida a ordem, após análise meritória exauriente; -Agravado de instrumento conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os senhores desembargadores, por unanimidade, em conhecer do agravo de instrumento para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.”.

Processo: 4000609-92.2021.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Banco Panamericano S/A.

Advogada: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 751A/AM).

Agravado: THIAGO DA SILVA PAREDIO.

Advogado: Renato Fioravante do Amaral (OAB: 349410/SP).

Relator: João de Jesus Abdala Simões. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. POSSIBILIDADE DE RESTRIÇÃO DO NOME JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. ORIENTAÇÃO 4 DO JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL Nº 1.061.530/RS, JULGADO COMO INCIDENTE REPETITIVO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO NA PARTE CONHECIDA. I - No tocante ao pleito recursal para determinar o pagamento das parcelas do contrato no tempo e modo devidos, observa-se que tal providência restou expressamente consignada na própria decisão recorrida que indeferiu o depósito judicial requerido pela parte agravada, sendo patente a ausência de interesse recursal neste aspecto. II - No caso dos autos inexistente depósito do valor incontroverso, além de que, a prova da verossimilhança das alegações igualmente resta prejudicada nessa fase de cognição sumária do processo, nos termos da Orientação 4 fixada no julgamento do Recurso Especial nº 1.061.530/RS, no qual foi instaurado incidente de processo repetitivo. III-Dessa maneira, inexistente óbice que impeça o agravado de ter seu nome inscrito junto aos órgãos de proteção ao crédito em razão de sua eventual inadimplência, decorrente de pacto livremente ajustado cujas alegadas ilegalidades ainda não são patentes de serem aferidas numa cognição sumária do processo. IV - Agravo de Instrumento parcialmente conhecido e provido na parte conhecida.. DECISÃO: “ EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. POSSIBILIDADE DE RESTRIÇÃO DO NOME JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. ORIENTAÇÃO 4 DO JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL Nº 1.061.530/RS, JULGADO COMO INCIDENTE REPETITIVO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO NA PARTE CONHECIDA. I - No tocante ao pleito recursal para determinar o pagamento das parcelas do contrato no tempo e modo devidos, observa-se que tal providência restou expressamente consignada na própria decisão recorrida que indeferiu o depósito judicial requerido pela parte agravada, sendo patente a ausência de interesse recursal neste aspecto. II - No caso dos autos inexistente depósito do valor incontroverso, além de que, a prova da verossimilhança das alegações igualmente resta prejudicada nessa fase de cognição sumária do processo, nos termos da Orientação 4 fixada no julgamento do Recurso Especial nº 1.061.530/RS, no qual foi instaurado incidente de processo repetitivo. III-Dessa maneira, inexistente óbice que impeça o agravado de ter seu nome inscrito junto aos órgãos de proteção ao crédito em razão de sua eventual inadimplência, decorrente de pacto livremente ajustado cujas alegadas ilegalidades ainda não são patentes de serem aferidas numa cognição sumária do processo. IV - Agravo de Instrumento parcialmente conhecido e provido na parte conhecida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer parcialmente do recurso e, na parte conhecida dar provimento a fim de possibilitar, em caso de inadimplência, a restrição do nome do agravado junto aos órgãos de proteção ao crédito, nos termos do voto do Relator.”.

Processo: 4000896-55.2021.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 8ª Vara de Família

Agravante: L. O. A. S. (Representado(a) por sua Mãe).

Agravado: J. A. C. S..

Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB: O/AM).

Agravante: K. F. A..

Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas.

Defensor: Karlla Alynne Queiroz d'Oliveira.

MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas.

ProcuradorMP: Karla Fregapani Leite.

Relator: João de Jesus Abdala Simões. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PAGAMENTO IN NATURA. DESPESAS COM EDUCAÇÃO. POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO. MEDIDA EXCEPCIONAL. PRECEDENTES STJ. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. I - A jurisprudência do STJ, em regra, não admite a compensação de alimentos fixados em pecúnia com aqueles pagos “in natura”, salvo a compensação de despesas referentes à moradia, saúde e educação, por exemplo, a fim de evitar o enriquecimento sem causa do beneficiário; II - Tal entendimento aplica-se com propriedade no caso dos autos, sobretudo em razão dos valores pagos a maior pelo genitor, tendo em vista que o pagamento com despesas escolares perfizeram mais que o dobro do valor arbitrado em pecúnia (pensão), em benefício dos interesses da criança; III - Agravo de Instrumento conhecido e desprovido.. DECISÃO: “ EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PAGAMENTO IN NATURA. DESPESAS COM EDUCAÇÃO. POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO. MEDIDA EXCEPCIONAL. PRECEDENTES STJ. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. I - A jurisprudência do STJ, em regra, não admite a compensação de alimentos fixados em pecúnia com aqueles pagos in natura, salvo a compensação de despesas referentes à moradia, saúde e educação, por exemplo, a fim de evitar o enriquecimento sem causa do beneficiário; II - Tal entendimento aplica-se com propriedade no caso dos autos, sobretudo em razão dos valores pagos a maior pelo genitor, tendo em



vista que o pagamento com despesas escolares perfizeram mais que o dobro do valor arbitrado em pecúnia (pensão), em benefício dos interesses da criança; III - Agravo de Instrumento conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial (fls. 142/149), conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.”.

Processo: 4000931-15.2021.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 2ª Vara de Família

Agravante: Orlando Carvalho da Costa Júnior.

Defensor: Carol Regina Xavier Rocha (OAB: 15004/PA).

Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas.

Agravada: Gecy Kely de Oliveira Carvalho.

Defensora: Pollyana Gabrielle Souza Vieira (OAB: 274381/SP).

Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas.

MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas.

ProcuradorMP: Pedro Bezerra Filho.

Relator: João de Jesus Abdala Simões. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIMENTOS PROVISÓRIOS. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO PELO ALIMENTANTE DE SUA REAL CONDIÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I - É certo que o Agravante não comprovou a real situação econômico-financeira a que está submetido, de modo que, sem o devido teor probatório, inexistente a possibilidade de, neste momento, reduzir o percentual fixado pelo juízo a quo a título de alimentos provisórios. II - Agravo de Instrumento conhecido e desprovido.. DECISÃO: “ EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIMENTOS PROVISÓRIOS. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO PELO ALIMENTANTE DE SUA REAL CONDIÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I - É certo que o Agravante não comprovou a real situação econômico-financeira a que está submetido, de modo que, sem o devido teor probatório, inexistente a possibilidade de, neste momento, reduzir o percentual fixado pelo juízo a quo a título de alimentos provisórios. II - Agravo de Instrumento conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial (fls. 12-18), conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.”.

Processo: 4002952-61.2021.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: José Nelson Gouveia Junior - EPP.

Advogado: Milton Antônio Rivera Reyes (OAB: 9851/AM).

Agravado: Petrobras Distribuidora S/A.

Advogado: Francisco Augusto Martins da Silva (OAB: 1753/AM).

Advogado: Juliano Luis Cerqueira Mendes (OAB: 3940/AM).

Advogado: José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB: 5517/AM).

Relator: João de Jesus Abdala Simões. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE CÁLCULO. NÃO APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRATIVO. IMPROCEDÊNCIA LIMINAR MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO. I - Tendo o agravante deixado de apresentar o demonstrativo de cálculos que fundamentaria sua alegação de excesso à execução, correta se mostra a postura do juízo de origem ao julgar liminarmente improcedente a impugnação, consoante art. 525, §5º do CPC. II - Mesmo diante de operações consideradas “simples”, não há escusa ao dever de apresentação do demonstrativo de cálculo. Pelo contrário, o fato de as operações não serem de alta complexidade reafirmam a capacidade do executado em apresentar a apuração do débito que entende devida. III - Agravo de Instrumento conhecido e desprovido.. DECISÃO: “ EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE CÁLCULO. NÃO APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRATIVO. IMPROCEDÊNCIA LIMINAR MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO. I - Tendo o agravante deixado de apresentar o demonstrativo de cálculos que fundamentaria sua alegação de excesso à execução, correta se mostra a postura do juízo de origem ao julgar liminarmente improcedente a impugnação, consoante art. 525, §5º do CPC. II - Mesmo diante de operações consideradas simples, não há escusa ao dever de apresentação do demonstrativo de cálculo. Pelo contrário, o fato de as operações não serem de alta complexidade reafirmam a capacidade do executado em apresentar a apuração do débito que entende devida. III - Agravo de Instrumento conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.”.

Processo: 4008370-14.2020.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 5ª Vara da Fazenda Pública

Agravante: Wagner Rodrigues da Silva.

Advogado: Paulo Lindembeck Belchior (OAB: 10617/AM).

Agravado: O Estado do Amazonas.

MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas.

ProcuradorMP: Pedro Bezerra Filho.

Relator: Flávio Humberto Pascarelli Lopes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA. ORDEM LIMINAR PARA PROMOÇÃO. REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC AUSENTES. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.- Em sendo o recurso de agravo de instrumento interposto contra decisão que aprecia pleito de tutela provisória, a instância recursal deve limitar sua cognição tão somente ao preenchimento dos requisitos legais para tanto, não sendo viável a análise de mérito, sob pena de se configurar supressão de instância.- Consoante o art. 300 do CPC, para que seja deferido pleito de tutela provisória de urgência, devem estar presentes a probabilidade do direito e o perigo na demora, além do não risco de irreversibilidade da medida.-Agravo de instrumento conhecido e desprovido.. DECISÃO: “ EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA. ORDEM LIMINAR PARA PROMOÇÃO. REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC AUSENTES. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. - Em sendo o recurso de agravo de instrumento interposto contra decisão que aprecia pleito de tutela provisória, a instância recursal